

Os economistas não acham solução para este País

Luís Nassif, enviado especial.

Economia - Brasil

O IX Encontro Nacional dos Economistas, em Olinda, o mais importante congresso da categoria no País, está chegando ao final sem soluções milagrosas. O que é muito honesto de sua parte. Mas certamente deve ter deixando de orelha quente o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto.

Os economistas de oposição procuravam demonstrar, através do que chamam de Delfim 2 (o que passou a implementar a política recessiva desde dezembro do ano passado), a inconsistência das teses dos chama-dos economistas ortodoxos. Estes, por sua vez, exemplificavam com Delfim 1 (o que prometeu devolver o País aos tempos do milagre, em dezembro de 79) a irresponsabilidade das teses da oposição.

Nem por isso, os economistas de oposição deixaram de criticar a insensatez do "seu" (deles) Delfim, na mesma proporção em que os ortodoxos criticavam os excessos da política recessiva do Delfim 2.

Entre eles, as rixas foram bem ordenadas. Durante os debates, nenhum deles chegou perto das explosões da professora Maria da Conceição Tavares, na palestra de estréia, que quase foi às vias de fato com o economista Roberto Fendt. Quando muito, alguém se dizia "perplexo" com as posições do outro, ou pedia mais "seriedade" nas hipóteses apresentadas. Tudo no maior respeito.

Não faltou, até, quem se insurgisse contra o hermetismo do econômico. Como o professor Antônio Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio, que iniciou seu comentário, durante o painel "Balanço de pagamentos" dizendo que pretendia falar em português corrente (numa alusão ao comentarista ante-

rior, que se expressou em números), para depois explicar que "se deve considerar que os mark-ups das empresas, numa economia indexada..." e daí para mais.

A briga, nos corredores.

Nos corredores, porém, o clima era menos ameno. Num extremo do salão principal do hotel, era comum um economista de oposição referir-se a seu colega conservador como "aquele monetarista babão". O monetarista preferia dizer que não era nada com ele, que é um "neoclássico e não um monetarista, como vem afirmado aquele estruturalista irresponsável". Ofensa que o estruturalista relevava, visto não ser ele um estruturalista, mas um "não-ortodoxo".

Quando o assunto era conjuntura atual, ambos os lados sobreparavam entre a mais profunda depressão e a mais inesperada euforia. Os pontos máximos da escala de humor foram alcançados, respectivamente, por Conceição Tavares, a líder máxima dos não-ortodoxos, e por Fendt, o mais conhecido dos monetaristas (até a chegada de Paulo Rabelo de Castro, da FGV).

De um lado, Conceição, depois de emocionar-se profundamente ante o anúncio da morte da "matriz insumo-produto", manifestou sua disposição de estudar filosofia e matemática. Do outro lado, o fleumático Roberto Fendt, da Fundação Centro do Comércio Exterior, previa a possibilidade de o Brasil adotar, no ano que vem, a política do supply side de Reagan, com menos imposto e mais crescimento, no lugar da política atual, "que é inspirada na madame Thatcher" — como dizia ele, com um elegante sotaque londrino.

Foi inequivocavelmente o terceiro

grande prato do congresso, depois do Delfim 1 e do Delfim 2. A única forma de os neoclássicos pararem de ironizar os pendores filosóficos de Conceição era os não-ortodoxos ameaçarem começar a falar do supply side de Fendt. Desfazia-se a roda e os não-ortodoxos iam para um lado dizendo "a Conceição faz a gente passar por cada uma", enquanto os neoclássicos resmungavam que "o Fendt nos apronta cada uma".

E a realidade?

Mas fez-se exercício acadêmico à vontade. O exercício acadêmico preferido pelos economistas é o modelo econômico. É assim: o economista "A" escolhe um tema ligado à realidade e formula uma hipótese. Daí, ele começa a criar o modelo, que consiste em recriar a realidade, despendendo de todos os elementos que não interessam à demonstração da hipótese. Tirando os complicadores, como eles dizem.

Eles ficam nisso durante dois ou três meses. Vêm ao Encontro e apresentam seu trabalho num dos painéis. A bola, então, é passada para dois ou três comentadores, que têm de avaliar se as conclusões do modelo aplicam-se ou não à realidade. O primeiro comentador explica que, se o autor não considerar um complicador, que ele retirou, não dá para aplicar as conclusões à realidade. O segundo diz a mesma coisa em relação a outros complicadores.

Em menos de meia hora, eles vestem o modelo com todos aqueles complicadores que o autor retirou pacientemente. Quando o pobre do expositor veste o modelo com os complicadores, as conclusões não valem mais e ele volta para a casa na maior das frustrações.

Casos sérios

Mesmo assim, não faltaram conclusões importantes sobre aspectos da realidade. Na área da Previdência, José Carlos de Souza Braga e Pedro Luiz de Barros Silva, da Unicamp, demonstraram que o déficit não deriva do aumento das aposentadorias, nem dos gastos médico-hospitalares, mas da recessão, que aumentou o número de desempregados, que deixaram de contribuir.

Na área salarial, Périco Arida, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, demonstrou que teria sido muito melhor para empresas, empregados e economia, que este ano os reajustes semestrais tivessem sido substituídos por reajustes variáveis, que seriam concedidos à medida que a inflação atingisse determinados níveis. Conclusão muito boa, segundo os presentes, porém tardia. Pelo modelo de Périco, para 82 o reajuste variável deixa de ser interessante, e voltam a valer os semestrais.

Na área de finanças públicas, Eurico Ueda, da USP, demonstrou que a estatização é menor do que se pensa, enquanto Maria Conceição da Silva, do Iplan, demonstrou que o déficit orçamentário é maior do que se apregoa.

Todos de acordo

No campo da política econômica, os dois grupos deram-se as mãos para concluir que, no ano que vem, a política recessiva deve ser mais branda. E não faltou um monetarista — linha tradicionalmente inimiga dos subsídios — Paulo Rabelo de Castro da FGV, defendendo os subsídios ao crédito agrícola. Tempos atrás, seu colega Carlos Langoni, presidente do Banco Central, demonstrou que o volume de subsídios

agrícolas era de 500 bilhões de cruzeiros, contra 1,2 trilhão dos subsídios totais concedidos no País — parcela substancial. Mas Paulo Rabelo fez o seguinte: incluiu no cálculo do volume total de subsídios, de Langoni, repasses do governo às estatais, mais uma coisa aqui, outra ali, e elevou o montante de subsídios para 2 trilhões de cruzeiros. Depois, estimou que dos 500 bilhões de subsídio agrícola, 300 bilhões destinavam-se às cidades, na forma de aquisição de adubos e implementos.

A proporção do subsídio agrícola sobre o montante total de subsídios reduziu-se, portanto, para 10% — uma ninharia. No final, ele acabou de apresentar as contas e se surpreendeu: "Mas o que é a matemática", comentou levemente admirado, vendo o mar de Olinda pela janela do hotel. Resolvida a questão do crédito agrícola, saiu criticando "essa mentalidade urbanóide desse País".

A noite, a aguardada aula magna do professor Octávio Gouvêa de Bulhões não aconteceu. O mestre teve problemas de asma. Mesmo assim rascunhou sua palestra que a datilógrafa teve alguma dificuldade para entender. A palestra foi lida por Rabelo, há muito seu discípulo favorito.

Nela, bulhões comece fazendo a apologia do fenômeno da organização como fator gerador de riqueza. Louvou a poupança como fator intensificador do progresso econômico e enalteceu os trabalhos pioneiros de Nassau Senior, no século passado, embora reconhecendo que ele foi particularmente infeliz em denominar a poupança de "abstinência", o que permitiu que Karl Marx lhe pegasse no pé, lembrando-o de que em todo contraste existe a abstinência

("quem anda, abstém-se de ficar parado"). O professor demonstrou que a irreverência de Marx não foi suficiente para acabar com o livre mercado, e voltou a insistir em sua tese de se criar incentivos para a capitalização das empresas.

Elogio a Bulhões

A apresentação de seu discurso foi feita por uma outra ex-discípula, a professora Maria da Conceição Tavares, que sempre divergiu profundamente de suas idéias. E coube a ela fazer, se não o maior, pelo menos o mais sincero elogio já endereçado a Bulhões. "Como professor, sempre manteve com seus alunos relações de tolerância e distanciamento (...) e como ministro, no trato da coisa pública, também mantinha a mesma atitude: ao invés de favores, prestava apenas orientação", disse Conceição. "Por isso mesmo, seu gabinete foi, sem dúvida, um dos mais discretos, austeros e menos apinhado nestes anos de regime de exceção." Foi além: "Este espírito de servidor público e isenção pessoal tornou-se respeitado entre seus pares e mesmo entre seus críticos."

Em seguida, afirmou que Bulhões está vendo com pesar a destruição de sua obra de política fiscal e financeira, erigida em 1965. "A sua mágoa não vinha de ressentimentos pessoais, se não que de sua convicção de que a política econômica dos últimos anos destruiu os fundamentos e a racionalidade dos sistemas de administração monetária e fiscal do Estado, por ele implantada entre 1964 e 1967". Finalmente, declarou: "Isso me leva a concluir que o pensamento liberal-conservador deste País, que à sua maneira defendia o interesse público, foi suplantado pelo pragmatismo e imediatismo guiados por interesses particulares."